

O ensino de filosofia

Vladimir de Oliva Mota

Resumo:

O que se pretende aqui é indicar uma resposta à pergunta: “ensinar história da filosofia é ensinar filosofia?”, esboçando a defesa da seguinte idéia: a história da filosofia é, de fato, o instrumento principal de ensino da filosofia e, para a filosofia, fonte permanente de inspiração. Com esse propósito, é preciso legitimar a história da filosofia enquanto filosofia e, conseqüentemente, o ensino da história da filosofia como ensino de filosofia, tendo em vista que ensinar filosofia é ensinar história da filosofia, pois história da filosofia é filosofia.

Palavras-chave: História da filosofia; Filosofia; Ensino.

The teaching of philosophy

Abstract:

The intention here is to indicate an answer to the question: “Is to teach History of Philosophy to teach Philosophy?”, an outline for the following idea: the History of Philosophy is indeed the main tool in the teaching of Philosophy and, for Philosophy, source of permanent inspiration. With this purpose, there is a need to legitimate the History of Philosophy as Philosophy and, consequently, the teaching of History of Philosophy, as the teaching of Philosophy, once teaching Philosophy is teaching History of Philosophy, because History of Philosophy is Philosophy.

Keyword: History of philosophy; Philosophy; Teaching.

A defesa da idéia, segundo a qual ensinar história da filosofia é ensinar filosofia, passa pela discussão da seguinte questão: a da legitimidade da história da filosofia, enquanto filosofia, e, conseqüentemente, da relação dessa história com seu ensino, como ensino de filosofia; ou seja, é preciso responder à pergunta: “história da filosofia é filosofia?” Caso a resposta seja negativa, não se ensina filosofia pela sua história, porque não é possível ensinar filosofia pelo que ela não é. Caso seja positiva, é preciso explicar por que ensinar história da filosofia é ensinar filosofia.

Parte-se aqui do seguinte pressuposto guéroultiano: “a história da filosofia é, antes de tudo, filosofia”¹. Todavia, para Guéroult², a legitimidade da história da filosofia é, periodicamente, colocada em dúvida e, por conseguinte, também o ensino de filosofia via sua história. Mas o que inspira essa dúvida? Segundo esse autor, essa dúvida é inspirada em dois sentimentos ingênuos, a saber: a) de que qualquer filosofia só é possível pela negação ou, até mesmo, pela ignorância das doutrinas passadas, pois a filosofia partiria de uma reflexão autônoma mais ou menos genial; b) de que a filosofia é semelhante à ciência e, por essa razão, como a única ciência válida é sempre a mais recente, a única filosofia válida deveria ser também a mais recente.

Entre os múltiplos exemplos, na tradição filosófica, da crítica à legitimidade da história da filosofia enquanto filosofia e do ensino, dessa história, como ensino de filosofia, são levados em consideração aqui, em caráter ilustrativo, dois pensadores representativos da tradição filosófica que se inspiram no sentimento ingênuo de que qualquer filosofia só é possível pela negação ou pela ignorância das doutrinas passadas: Descartes e Nietzsche.

Para Descartes, a relação da filosofia com a sua história só pode ser de oposição absoluta. Assegura Carlos Alberto Ribeiro de Moura: “E Descartes não deixará de lembrar que o procedimento histórico é contrário ao científico, já que ter a ciência de algo não é conhecer historicamente, não é ser informado sobre o objeto, mas é reconstruí-lo pelo entendimento”³. Essa exclusão é evidenciada na obra cartesiana, por exemplo, na regra III das *Regras para a direção do espírito*:

Mesmo que fossem [os filósofos] todos de uma nobreza e de uma franqueza extremas, nunca nos fazendo engolir coisas duvidosas como verdadeiras, mas nos expondo tudo com boa fé, como, entretanto, mal um avança uma idéia outro apresenta a contrária. E de nada serviria contar os votos para seguir a opinião garantida pelo maior número de autores, pois, se se trata de uma questão difícil, é antes mais crível que sua verdade tenha sido descoberta por um pequeno número do que por muitos. Mesmo que todos estivessem de acordo, seu ensinamento não nos bastaria: nunca nos tornamos matemáticos, por exemplo, [...] se nosso espírito não for capaz de resolver todas espécies de problemas; não nos tornaríamos filósofos, por ter lido todos os raciocínio de Platão e de Aristóteles, sem poder formular um juízo sólido sobre o que nos é proposto. Assim, de fato, pareceríamos ter aprendido, não ciência [entenda-se filosofia], mas história⁴.

¹ GUÉROULT, Martial. Revue de métaphysique et morale. Apud GOLDSCHMIDT, Victor. Tempo histórico e tempo lógico na interpretação dos sistemas filosóficos. In: *A religião de Platão*. Tradução Ieda e Oswaldo Porchat Pereira. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. p. 140.

² Cf.: GUÉROULT, Martial. Le problème de la légitimité de l'histoire de la philosophie. In: *La philosophie de l'histoire de la philosophie (Livre I)*. Paris: Vrin, 1956.

³ MOURA, Carlos Alberto Ribeiro de. História *stultitiae* e história *sapientiae*. In: *Racionalidade e crise: estudos de história da filosofia moderna e contemporânea*. São Paulo: Discurso Editorial; Editora da UFPR, 2001. p. 24.

⁴ DESCARTES, René. *Regras para a orientação do espírito*. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 12.

Carlos Alberto Ribeiro de Moura explica que Descartes não apenas deseja que a verdadeira ciência ocupe o lugar da falsa – da erudição; mas o filósofo não vê nenhuma utilidade na leitura dos clássicos e condena toda cultura baseada no estudo da tradição.

Pois, como o melhor método para adquirir o conhecimento é encontrar por si mesmo as verdades [...], mesmo que o saber estivesse depositado nos livros, seria perda de tempo buscá-lo ali. E ele considera até mesmo prejudicial a freqüentação ao passado, que faz sempre que corramos o risco de nos habituarmos aos erros dos antigos e não nos livramos mais deles⁵.

Ensinar filosofia pela sua história, nesta perspectiva, enfraquece o espírito; para Descartes, consagrar muito tempo às letras é um vício da educação.

A crítica de Nietzsche à história da filosofia, enquanto via de acesso ao ensino de filosofia, é, como se pode esperar, a marteladas, mais dura. Na *III Consideração intempestiva: Schopenhauer educador*⁶, Nietzsche afirma que a história do passado nunca foi tarefa do verdadeiro filósofo. Conseqüentemente, caso um professor de filosofia se encarregue de trabalhar história da filosofia, pode-se dizer dele, no máximo, que é um bom filólogo ou um bom historiador, nunca que é um filósofo. Para Nietzsche, nos trabalhos eruditos dos “filósofos universitários”, só se encontram muito tédio e pouco rigor científico. Conclui Carlos Alberto Ribeiro de Moura acerca dessa posição nietzscheana:

A filosofia não se confunde com a história da filosofia e, ao ministrá-la aos jovens, o

máximo que se consegue é desencorajá-los de ter uma opinião pessoal, exibindo-lhes ‘o amontoado confuso de todas as opiniões’. Pior ainda, parte-se de uma imagem bem extravagante do que seja educação filosófica, quando se quer introduzir no espírito juvenil dezenas de sistemas filosóficos seguidos de dezenas de críticas desses sistemas⁷.

Admitindo o argumento cartesiano, conseqüentemente, o ensino de filosofia pela sua história consiste em afastar-se da filosofia; esse sucedâneo de pensamento, que é a história da filosofia, só atinge uma única meta: ridicularizar a própria filosofia e entrar a ação da verdadeira filosofia.

Todavia, para Martial Guérout, esses diagnósticos do ensino de filosofia pela sua história – tais quais os de Descartes e Nietzsche – são frutos da incompreensão do que é a verdadeira história da filosofia. Isto é, semelhantes diagnósticos são resultados da redução da história da filosofia à doxografia; nesse sentido, a história da filosofia seria uma disciplina erudita sem qualquer interesse filosófico. Diz Carlos Alberto Ribeiro de Moura a esse respeito:

Reduzida a uma coleção de ‘opiniões filosóficas’, das quais se analisa o modo pelo qual se produziram e se apresentaram na série do tempo, essa ‘história exterior’ [pois vista de “fora” da particularidade de cada sistema] tem todas as características de uma galeria de bobagens ou, pelo menos, dos erros em que o homem se lança com o pensamento [...]: em face do amontoado das diversas opiniões e dos muitos sistemas, não se sabe a qual deles se prender,

⁵ Cf.: MOURA, Carlos Alberto Ribeiro de. História *stultitiae* e história *sapientiae*. In: *Racionalidade e crise: estudos de história da filosofia moderna e contemporânea*. Op. ci. p. 24-25.

⁶ Cf.: NIETZSCHE, Friedrich Nietzsche. III Consideração intempestiva: Schopenhauer educador. In: *Escritos sobre educação*. Tradução Noéli Correia de M. Sobrinho. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

⁷ MOURA, Carlos Alberto Ribeiro de. História *stultitiae* e história *sapientiae*. In: *Racionalidade e crise: estudos de história da filosofia moderna e contemporânea*. Op. ci. p. 13.

e o indivíduo fica embaraçado; a toda opinião de um grande, outra opinião a refuta, outro grande espírito a contradiz... Como escolher? Agora a multiplicidade dos sistemas funciona como razão para um ceticismo preguiçoso, que vai usar essa diversidade de sistemas e a impossibilidade de escolher entre elas como prova da inutilidade da filosofia. [...] Ora, não é nada surpreendente que isso ocorra, se o historiador, travestindo-se de doxógrafo, cortou as relações da história da filosofia com a filosofia. Sem poder resolver a antinomia aparente entre o eterno e o perecível, contida na própria expressão 'história da filosofia', o doxógrafo só pode romper qualquer relação da história da filosofia com a filosofia, fazendo da história território de mera erudição⁸.

Guérout percebe que, desde Aristóteles, o método de análise da história da filosofia não parte da experiência histórica para descobrir, graças ao conhecimento das condições de possibilidade dessa experiência, a essência do tipo de verdade que é seu fundamento último (isto é, o valor da filosofia e de sua história: sua “sistemática própria”, seu “sentido filosófico”); mas para conferir à história da filosofia uma consistência necessária, fixou-se, tradicionalmente, seu objeto e definiu-se o conceito mesmo de filosofia em geral: partindo de uma definição *a priori*, desce aos fatos para explicá-los pela consequência de um princípio. O alvo de Guérout aqui é Hegel. Certamente, pensa Guérout, o gênio dialético hegeliano acomoda-se melhor a um método sistemático dessa natureza⁹. Todavia, esse método tradicional não contorna a seguinte objeção: com que direito, no ponto de partida da in-

vestigação, substituir uma doutrina particular da filosofia, anunciando com antecedência o que essa doutrina “deve ser”, segundo sua essência ideal, para a filosofia tal qual ela é dada na história?

Esse método tradicional não legitima a história da filosofia, mas a nega! E, por conseguinte, inviabiliza o ensino da filosofia pela sua história. Ao invés de mostrar uma filosofia toda feita para justificar seu sentimento da realidade da história, Hegel, diz Guérout, “[...] deveria partir desse sentimento para descobrir pouco a pouco as condições que a tornam, ou não válidas”¹⁰. Portanto, o inconveniente do método tradicional de proceder a investigação da essência da história da filosofia é que, segundo tal método, o que se investiga – a essência da história da filosofia – é estabelecido antecipadamente e entregue ao arbítrio de decisões *a priori*, subjetivas e individuais¹¹.

Para Guérout¹², aqueles que levam em conta – entre eles, principalmente, Hegel – o conhecimento prévio da essência da filosofia como condição necessariamente preliminar a qualquer consideração sobre a história da filosofia confundiram duas coisas: é certo que é impossível tratar da história da filosofia se falta um “sentido filosófico” (uma “sistemática própria”) que responde à sugestão de doutrinas conservadas pela história e, graças ao qual, é possível reconhecer tais doutrinas como realidades filosóficas substanciais e vivas. Com efeito, é a esse título que a história as conservou, e não a título de fatos terminados, esvaziados de sua seiva como as opiniões da doxografia. Mas essa urgência, por um “sentido filosófico” que responde à sugestão de doutrinas conservadas pela história, não significa que a investigação filosófica concernente à história da filosofia suponha como condição *sine qua non* uma “filosofia prévia da essência da filosofia”.

⁸ *Ibidem.* p. 20-21.

⁹ Cf.: GUÉROULT, Martial. Introduction: le problème de l'histoire de la philosophie. In: *La philosophie de l'histoire de la philosophie (Livre II)*. Op. cit. p. 27.

¹⁰ *Idem.*

¹¹ Cf.: GUÉROULT, Martial. Le problème de la légitimité de l'histoire de la philosophie. In: *La philosophie de l'histoire de la philosophie (Livre I)*. Op. cit.

¹² Cf.: *Idem.*

O “sentido filosófico” que reconhece em cada doutrina uma vida própria convida a assumi-las, segundo sua vida respectiva. Uma doutrina particular que determine a essência de todas as filosofias como condição da solução do problema de sua validade não assume as outras doutrinas conforme a vida própria de cada uma, mas conforme a sua própria vida. Confundir o “sentido filosófico” com uma “condição prévia da essência da filosofia” não apenas nega qualquer possibilidade de ensinar filosofia pela sua história, assim como suprime, também, seu objeto, fazendo-o esvaecer-se em si. Existem, nesse caso, tantas filosofias da história da filosofia quantas são as filosofias. Elas se excluem reciprocamente umas às outras como as diversas filosofias. Destinadas a justificar uma história da filosofia como perenidade de filosofias temporalmente indestrutíveis para a consciência filosófica, elas terminam por destruí-la em proveito da validade atemporal e absoluta de uma doutrina particular. Aqueles que levam em conta uma filosofia prévia da essência da filosofia para, em seguida, fazer qualquer consideração sobre a história da filosofia, abolem o fato que pretendiam fundamentar, eliminam a própria história da filosofia.

Contra essa noção de história da filosofia como doxografia, é preciso afirmar que o estudo da história da filosofia é o estudo da própria filosofia, e não ver nisso tão somente como falta de “sentido filosófico”. O estudo da história da filosofia possui um interesse filosófico, pois o passado da história da filosofia é relevante para a reflexão filosófica do presente. Nesse sentido, ensinar filosofia é ensinar história da filosofia. Ou, como afirma Guérout: a história da filosofia é de fato o instrumento principal de iniciação à filosofia e, para a filosofia, fonte permanente de inspiração¹³. Por quê? Para dar essa resposta, é preciso, antes, expor o segundo sentimento ingênuo que coloca em dúvida a legitimidade da história da filosofia e do

ensino da filosofia pela sua história: filosofia como semelhante à ciência.

Nenhuma expressão reúne conceitos mais contraditórios do que “história” da “filosofia”: a história é a narração dos acontecimentos com suas datas e a revivescência do passado como tal. A história, como ciência, investiga uma explicação objetivamente válida dos fatos que ela examina, sua explicação procede de causas particulares. O encadeamento das causas particulares leva a considerar o presente como dependente do passado.

A relação da história da filosofia e a filosofia é específica, pois a história da filosofia é filosofia, enquanto que história da ciência não é ciência. Guérout explica:

Certamente, a história das ciências, por exemplo, a da física, seria impossível sem a inteligência das doutrinas físicas passadas; mas não é porque elas têm uma tal significação física que elas são objetos dessa história, é unicamente por que elas tiveram tais conseqüências sobre o fato presente que é a física ulterior, a física de hoje. Assim, o físico é, enquanto tal, isto é, enquanto ávido de verdades físicas, indiferente à história da ciência¹⁴.

O cientista se interessa pela história da ciência tão somente para evitar erros do passado. De acordo com Guérout, a filosofia e sua história são indissolúveis. Assim, a relação história da filosofia e filosofia é distinta da relação história da ciência e ciência. O senso comum dissipa a filosofia em proveito da ciência e o principal argumento do senso comum é que falta à filosofia um progresso. Falta à filosofia, segundo o senso comum, verdades certas, definitivamente adquiridas, porque apenas uma verdade ad-

¹³ GUÉROULT, Martial. Le problème de la légitimité de l'histoire de la philosophie. In: *La philosophie de l'histoire de la philosophie (Livre I)*. Op. cit.

¹⁴ GUÉROULT, Martial. Introduction: le problème de l'histoire de la philosophie. In: *La philosophie de l'histoire de la philosophie (Livre II)*. Paris: Aubier, 1979. p. 22

quirida lança ao nada, para sempre, as soluções passadas. Afirma Guérout:

Ora, o conhecimento de tais verdades [adquiridas] só é possível nas ciências positivas, seja de demonstração universal, seja de verificação experimental. Apenas nas ciências é possível um progresso. [...] A rejeição do passado só é possível para a filosofia sob a condição de um reconhecimento para ela de um progresso análogo ao das ciências positivas¹⁵.

Nesse sentido, a história das ciências é inútil para a ciência, porque apenas conta a ciência atual, aquela da última hora. Por analogia, o senso comum toma a história da filosofia como devendo ser de magro proveito para a filosofia. E assim, perde-se o sentido de ensinar filosofia pela sua história.

A oposição entre ciência e filosofia, aqui ressaltada, advém da presença, na ciência, de verdades adquiridas, o que não se dá na filosofia. Na ciência, a polêmica não se encontra no plano da história, pois as verdades adquiridas limitam a polêmica às doutrinas mais recentes porque são as únicas válidas, a razão disso é que a ciência nada tem a ver com sua história. Uma ciência é como tal quando adquire verdade, a ciência não é de ontem nem de hoje. Uma ciência só é de ontem em razão dos erros hoje denunciados que a tornam uma não ciência. A história da ciência não pode, então, de nenhum modo, fazer parte da própria ciência. A ciência só possui uma história do progresso, porque é a história da aquisição da verdade; o que estiver afastado da verdade, o que lhe for estranho, não pertence à história da ciência, isto é, ao processo de aquisição da verdade. A história da ciência é a história das descobertas e não dos erros, pois esses só são conhecidos como tais em virtude das descobertas.

Conseqüentemente, conclui-se que: primeiro, é a ciência que esclarece e fecunda a sua história e não o contrário; segundo, o ensino da ciência se faz através de sua prática. Se se admite a associação entre filosofia e ciência, ensinar filosofia seria não ensinar a sua história, mas ensinar a última novidade, a última “descoberta filosófica”. O que não tem sentido, pois não é possível legitimar o ensino de filosofia através de sua produção mais recente quando é levada em consideração fundamental dessa legitimação a idéia segundo a qual, assim como a ciência, a única filosofia válida é a mais recente porque, ao contrário da ciência, em filosofia, há a possibilidade de se atribuir à filosofia do passado a “verdadeira filosofia”, o que lhe dá uma autonomia frente às “verdades adquiridas da ciência”. Afirma Guérout:

Toda filosofia [...] coloca-se [...] como uma construção autônoma do pensamento abstrato, construção pela qual trata de [...] fornecer a razão última das coisas ou de se pronunciar sobre a possibilidade de fornecê-la. Ela enuncia princípios e teorias de uma generalidade máxima. É essencialmente sistemática, [...] as doutrinas fixam uma verdade declarada de sistematização explícita [...] ou [...] proclamam a vontade inversa. [...] Em nome da contradição mesma de todo pensamento filosófico, elas [as doutrinas] permanecem sempre [...], organismos nos quais todas as partes se comandam mutuamente e dependem do todo harmonioso que elas constituem. A vontade de sistema não é senão, em todo caso, a de não se contradizer e de empregar o máximo de rigor na afirmação filosófica¹⁶.

¹⁵ *Ibidem.* p. 29.

¹⁶ *Ibidem.* p. 31-32.

¹⁷ Ver, por exemplo: D'ALEMBERT, Jean Le Rond. *Discours préliminaire de l'Encyclopédie*. Paris: Gonthier, 1965. CONDILLAC, Étienne Bonnot de. *Tratado dos sistemas*. Tradução Luiz Roberto Monzani. São Paulo: Nova Cultural, 1989 (Coleção “Os Pensadores”).

É preciso lembrar aqui a distinção entre “espírito de sistema” e “espírito sistemático”, estabelecido por D’Alembert, Diderot, Condillac, dentre outros¹⁷: a sistematização do conhecimento – o desejo de coerência – não significa, necessariamente, um espírito de sistema, isto é, verdade declarada de sistematização explícita, a concatenação da explicação do mundo a partir de princípios *a priori*. Não obstante tal distinção, em ambos os casos, há o desejo de não se contradizer em suas afirmações filosóficas, é essa relação harmônica entre os enunciados que se está chamando de sistema. Uma doutrina não possui um princípio sistemático quando se constitui fora de uma organização interna e coerente dos pensamentos, sem um princípio diretor, ainda que secreto, de tal coerência.

A filosofia é autônoma, pois é a “ciência” de imutável, uma vez que a filosofia se apresenta como um esforço de criação radicalmente independente e original. A condição mesma de sua possibilidade é o exercício da razão na sua autonomia, liberada do jugo das tradições, dos preconceitos, das autoridades, do legado de um passado morto¹⁸. Então: com que direito tratar a filosofia como um acontecimento ligado ao passado? Como reincorporar em uma série temporal o que se coloca como verdade última, uma e sempre a mesma, além das vicissitudes de todo o devir? Enfim: como falar de uma história da filosofia? É pela característica de imutável que a filosofia se distingue da história, ciência da mudança. O que a filosofia constrói, constrói em nome da razão, diz Guérout:

ou segundo princípios ou regras as quais ela atribui um valor universal. Ora, a evidência racional é por definição a evidência eterna. Mesmo quando utiliza materiais antigos [textos antigos], o filósofo tem a consciência de que elabora um conjunto

*cujo elenco [...] e a estrutura lhe são fornecidos pela razão atemporal*¹⁹.

As doutrinas filosóficas pretendem impor uma verdade à universalidade dos seres racionais,

*recorrendo apenas a evidências, análises, demonstrações que dependem diretamente da razão, ou que a razão assume indiretamente ao habilitar fatores irracionais como elementos de prova, ou como vias de acesso [...], os conceitos e os raciocínios são para o filósofo o meio, não simplesmente de comunicar sua doutrina, [...] mas de construí-las para si mesmo e torná-la válida aos seus olhos. Por meio deles, não traduz uma intuição original caída do céu, mas promove uma intuição e uma forma de inteligência à qual ele se sente necessariamente forçado a aderir como a uma verdade*²⁰.

Segundo Guérout²¹, a filosofia e sua história são indivisíveis, independente da forma que possa ser concebida, essa história é sempre e ao mesmo tempo filosófica. História da filosofia é aqui tomada como depositário de um conteúdo próprio que faz com que cada doutrina, independente de sua significação histórica, encerre uma matéria eternamente instrutiva do ponto de vista filosófico. “Donde se conclui que: restituir à história da filosofia seu valor próprio é a distinguir inteiramente da história das ciências”²². A história da filosofia é uma seqüência de doutrinas, cujo valor histórico, do ponto de vista filosófico, é que cada uma possui um sentido. Em razão dessa definição, a história da filosofia deve aparecer como objeto

¹⁸ Cf.: GUÉROULT, Martial. Introduction: le problème de l’histoire de la philosophie. In: *La philosophie de l’histoire de la philosophie (Livre II)*. Op. cit.

¹⁹ GUÉROULT, Martial. Introduction: le problème de l’histoire de la philosophie. In: *La philosophie de l’histoire de la philosophie (Livre II)*. Op. cit. p. 39.

²⁰ GUÉROULT, Martial. Método em história da filosofia. Tradução Leandro Sardeiro. In: *Philosophica: revista de filosofia da história e modernidade*. Op. cit. p. 140 (grifos do autor).

²¹ Cf.: GUÉROULT, Martial. Le problème de la légitimité de l’histoire de la philosophie. In: *La philosophie de l’histoire de la philosophie (Livre I)*. Op. cit.

²² *Ibidem*. p. 18

privilegiado da filosofia. Se a história conserva essas doutrinas como objeto, porque elas têm um sentido filosófico, “é, evidentemente, na medida em que a história da filosofia é filosofia que ela [a história da filosofia] é possível”²³.

O que se busca numa pesquisa histórica da filosofia não são suas verdades históricas, mas a valorização das capacidades de sugestão filosófica que essa verdade encobre a título de filosofia. Não se trata de satisfazer uma vã curiosidade erudita, nem a uma preocupação em relação à psicologia, sociologia, entre outras; mas de assegurar o melhor contato efetivo entre o pensamento filosófico do momento e o autêntico pensamento de outrora, em vista de fortificar e de estimular a reflexão filosófica presente.

A filosofia possui uma base sólida: sua própria história. Esta é indispensável, porque “fazer filosofia” é ingressar em sua história – como explica Olivier Reboloul²⁴; desta forma, ensinar filosofia é levar o aluno a perceber que os nossos problemas já foram ventilados, que encontraram decerto soluções mais ou menos válidas, mas que, no mínimo, fornece uma estrutura ao nosso debate. A leitura da história da filosofia adquire, assim, um caráter propedêutico²⁵.

A história da filosofia revela, sobretudo, a cada um, o que pensa de maneira confusa e, por vezes, contraditória; permite, assim, levantar os problemas, reconduzir a uma reflexão plurissecular que os situa e os esclarece. Agora, a leitura dos clássicos da filosofia assume um caráter profilático²⁶. A história da filosofia seria para a filosofia, *mutatis mutandis*, o que as Escrituras são

para os teólogos, a saber: o fundamento sobre o qual pensa. Por conseguinte, salta às vistas o que a distingue da tradição religiosa: enquanto o teólogo recebe as Escrituras como uma verdade que deve interpretar, o que a filosofia espera de sua história é uma lição que ela deve começar por compreender, mas que depois tem de retomar discutindo-a, confrontando-a com outras para, finalmente, a aplicar aos problemas de seu tempo²⁷. Nas palavras de Guéroult: as filosofias são “monumentos eternos do pensamento humano, fonte sempre viva, geradora incessante de meditações e luz.”²⁸ Conseqüentemente, o objeto da filosofia confunde-se com a “atividade do espírito”.²⁹ E assim deve ser ensinada.

Dessa maneira, a filosofia está presa à sua história, a filosofia não pode se colocar em sua liberdade autônoma sem se determinar em relação ao que a precedeu – como filosofia ou não filosofia, segundo um processo de repulsão e de acomodação. O valor da filosofia e de sua história está na sua sistemática própria que se constrói na busca pela demonstração perfeita, pelo encadeamento irrefutável de conceitos, o que lhe atribui um sentido.

Mas, se nenhuma doutrina pode provar definitivamente sua verdade, nenhuma pode, igualmente, refutar definitivamente as outras; em uma palavra: a ausência de verdades adquiridas em filosofia nos leva ao ceticismo? Ou seja, a transformação das doutrinas em eventos fugazes supõe, conseqüentemente, a negação de sua pretensão comum à verdade filosófica, pois a verdade permanece e não é fugaz. Portanto, a história da filosofia, do ponto de vista da história, não parece possível exceto sendo esvaziada de toda

²³ *Ibidem*. p. 21.

²⁴ Cf.: REBOUL, Olivier. *Filosofia da educação*. Tradução António Rocha e Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2000.

²⁵ Cf.: ARANTES, Paulo Eduardo. *Um departamento francês de ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana (uma experiência nos anos 60)*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

²⁶ *Idem*.

²⁷ Conclui Reboloul: “Para filosofar é preciso ir à escola dos filósofos, recordando, todavia, que uma escola é um lugar de onde se deve sair, uma instituição cujo fim verdadeiro não é apenas aprender tal ou tal verdade, mas aprender a pensar. ‘Não se aprende filosofia’ – dizia Kant – ‘aprende-se a filosofar’” (REBOUL, Olivier. *Filosofia da educação*. Tradução António Rocha e Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2000. p. 11-12).

²⁸ GUÉROULT, Martial. Método em história da filosofia. Tradução Leandro Sardeiro. In: **Philosophica**: revista de filosofia da história e modernidade. p. 132.

²⁹ Cf.: GUÉROULT, Martial. Introduction: le problème de l’histoire de la philosophie. In: *La philosophie de l’histoire de la philosophie (Livre II)*. Op. cit. p. 21. Importante não confundir aqui filosofia e psicologia. Psicologia é uma ciência propriamente dita na medida em que toma como matéria primeira fenômenos, os quais é necessário compreender, como fatos, pelas causas; mas não, como idéias, pelo sentido, caso este da filosofia.

verdade filosófica. A esse respeito, assim se expressa Carlos Alberto Ribeiro de Moura:

Se é fato que existe uma sucessão histórica das doutrinas, sobre o prisma estrito da história ela deverá apresentar-se como uma série de acontecimentos explicáveis por causas. Essa sucessão leva então ao ceticismo filosófico: a transformação das doutrinas em acontecimentos fugidios supõe a negação de sua pretensão como uma verdade. Como o historiador da filosofia não crê na ‘verdade’ de uma doutrina mais que na de outra, e como todas têm pretensão exclusiva à verdade, crer em todas é equivalente a negar a pretensão de todas³⁰.

Se todas as doutrinas aparecem como privadas de um conteúdo filosófico válido, que razão subsistirá para as considerar como objetos possíveis de uma história da filosofia? Não se estaria fazendo, assim, história do nada? A resposta é negativa! Trata-se do fato histórico da subsistência, do ponto de vista filosófico, através do tempo, de filosofias contrárias entre si. A ausência, nessas filosofias, de verdades adquiridas é apenas uma condição da possibilidade de uma subsistência, esse elemento constitui-se num princípio positivo da indestrutibilidade das filosofias.

Para Guérout, a história da filosofia se legitima – enquanto filosofia – na busca pela interioridade da obra pela qual determinado filósofo apresenta suas razões, e abandona toda pressuposição de subjetividade; o trabalho do historiador da filosofia deve ser a identificação das relações internas travadas entre os conceitos apresentados pelo filósofo.

A cada movimento da estrutura, há alguma razão determinante para que este conceito seja preferido àquele e, então, toda filosofia na verdade é fundada sobre uma ordem de razões. Assim, a diferença específica da filosofia em relação aos demais ramos do saber ocorre no momento mesmo em que a sua pretensão de verdade a transforma em objeto fechado sobre si mesmo³¹.

Essa é a única via para legitimar a história da filosofia. É essa, também, um meio de se ensiná-la: a busca pela sistematicidade própria de cada uma das obras.

Qualquer filosofia – declara Guérout – só se edifica e se torna válida, estabelecendo uma doutrina da qual se extrai uma “verdade de juízo” (uma “representação do real” que se esforça por validar como concordando com o real, explicando-o em seus fundamentos autênticos) construída pela teoria. A teoria visa sempre, portanto, a uma “verdade de juízo”. Essa filosofia é indestrutível para a história da filosofia e para o seu ensino, pois é objeto eternamente válido para uma reflexão filosófica possível. Por conseguinte, tal indestrutibilidade não pode ser fundamentada numa “verdade de juízo”, não se trata de perceber se a verdade de uma doutrina se adéqua à coisa que ela pretende representar e penetrar, pois as doutrinas se contradizem todas (todas possuem “direito à cidadania”). Assim, o valor filosófico não pode residir na verdade de juízo que cada filosofia visa, mas na validade que possui, ou não, para uma reflexão possível. Esta é a direção de seu ensino. As obras filosóficas mantêm-se indestrutíveis por uma verdade interna (uma “sistemática própria”, a coerência da obra) inteiramente diferente de sua pretensa “verdade de

³⁰ MOURA, Carlos Alberto Ribeiro de. História *stultitiae* e história *sapientiae*. In: *Racionalidade e crise: estudos de história da filosofia moderna e contemporânea*. Op. cit. p. 27.

³¹ SARDEIRO, Leandro. Apresentação a: GUÉROULT, Martial. Método em história da filosofia. Tradução Leandro Sardeiro. In: *Philosophica: revista de filosofia da história e modernidade*. p. 129-130.

juízo”. Muito embora a preocupação de cada filosofia seja com a “verdade de juízo”.

Portanto, ensinar história da filosofia é ensinar filosofia, quando se pretende procurar as condições que tornam possível a indestrutibilidade das histórias da filosofia (isto é, a “sistemática própria”, a coerência da obra), ou seja, procurar de que maneira, em cada filosofia, há a instauração de uma verdade intrínseca, independente de toda “verdade de juízo”. A disciplina indicada por Guérault para tal atividade chama-se “Dianoemática”, isto é, uma disciplina que se refere às condições de possibilidade das filosofias como objeto de uma história possível; em uma palavra: “Dianoemática” é a filosofia das filosofias dadas de fato.

Seguindo o caminho interpretativo de Jean Maugüé, é possível perceber que a filosofia não se apresenta como um conjunto de conhecimentos objetivamente transmissíveis – como as matemáticas, por exemplo, que são um conjunto de proposições verdadeiras, dedutivamente encadeadas independentes da arte de serem transmitidas aos estudantes. O mesmo não se pode dizer da filosofia, o que dificulta seu ensino é que este vale o que vale o pensamento daquele que a ensina: “A filosofia é o filósofo”³². Contudo, entre as condições requeridas para o ensino da filosofia (primeira é a exigência de uma cultura prévia, vasta e precisa), encontra-se aquela que indica que a filosofia vive no presente. Para Maugüé, “não é corajosamente filósofo senão aquele que cedo ou tarde expressa seu pensamento acerca das questões atuais.”³³ Mas então, como relacionar o ensino da filosofia com sua história? Maugüé assegura que não há nada mais atual do que Platão, Descartes e outros. Por quê? Porque

*a filosofia deve conhecer-se a si mesma, deve reconhecer-se no seu passado. Deste modo, os prolegômenos de toda filosofia futura são o conhecimento da filosofia vivida, aquela que nos transmite a história. Esta nos proporcionará grandes ensinamentos. O ensino da filosofia deverá ser, pois, principalmente histórico [nas condições já aqui explicadas para a legitimação dessa história da filosofia, isto é, como busca da instauração da verdade intrínseca]. Será a seguir mais seguramente contemporâneo. [...] As transposições do passado ao presente se farão por si, uma vez desperto o espírito do estudante*³⁴.

É possível que a seguinte dúvida seja gerada em algum aluno, sobretudo, nos iniciantes: que interesse há em reavivar o trato com pensadores como Heráclito, Platão, Santo Agostinho, Voltaire, entre outros? Uma resposta possível seria a seguinte: esses autores dão um sentido a uma época, são eles que tornarão uma época consciente, diz Maugüé:

*fazendo com que ela [a época] possa aferir o que tem ganho em poder sobre a natureza, em clareza na inteligência e em justiça na vida moral. Em navegação, a posição e as novas rotas são dadas em referência a certos astros, considerados fixos. Os filósofos clássicos são os pontos fixos da história. Se o presente não se situar exatamente em relação ao passado, será como um navio que perdeu a rota*³⁵.

Enfim, quando se diz que o ensino da filosofia deve repousar sobre o conhecimento da história da filoso-

³² MAUGÜÉ, Jean. O ensino da filosofia: suas diretrizes. In: *Revista brasileira de filosofia*. São Paulo. Vol. V, Fascículo I, Outubro-Dezembro, 1955. p. 643.

³³ *Ibidem*. p. 645.

³⁴ *Idem*.

³⁵ *Ibidem*. p. 646.

fia, é necessário que se entenda: a história da filosofia não é uma recapitulação de doutrinas, uma espécie de lista de nomes ilustres aos quais se distribuiria, segundo uma justiça universitária, o elogio ou a censura. Conclui Maugüé:

A história da filosofia consiste na retomada do contato, na comunhão com os grandes espíritos do passado. Platão, São Tomás de Aquino, Espinosa ainda são vivos

em seus textos. Causa surpresa, e até indignação, observar como quase em toda parte se ensina filosofia, sem que se leiam os filósofos. [...] É certo que a filosofia se trai a si mesma quando negligencia aqueles que efetivamente a representaram. Não se pode todavia imaginar proveito maior do que aquele que nos dá o contato, que nos dá a familiaridade e, logo, a afinidade, com as inteligências do passado. O ensino – e aqui ele escapa completamente ao professor – será, não apenas histórico, mas sobretudo pessoal e íntimo. Um estudante apenas pode considerar-se no caminho da filosofia no dia, mais só no dia em que, no silêncio do seu quarto de estudo, começa a meditar por si mesmo sobre algum trecho de um grande filósofo³⁶

³⁶ *Ibidem.* p. 645-646.

Referências

- ARANTES, Paulo Eduardo *et al.* *Filosofia e seu ensino*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: EDUC, 1995.
- _____. *Um departamento francês de ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana (uma experiência nos anos 60)*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- CONDILLAC, Étienne Bonnot de. *Tratado dos sistemas*. Tradução Luiz Roberto Monzani. São Paulo: Nova Cultural, 1989 (Coleção “Os Pensadores”).
- D’ALEMBERT, Jean Le Rond. *Discours préliminaire de l’Encyclopédie*. Paris: Gonthier, 1965.
- DESCARTES, René. *Regras para a orientação do espírito*. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GOLDSCHMIDT, Victor. La dianoématique. In: *Écrits (Tome 2): études de philosophie moderne*. Paris: Vrin, 1984.
- _____. Remarques sur la méthode en histoire de la philosophie. In: *Écrits (Tome 2): études de philosophie moderne*. Paris: Vrin, 1984.
- _____. Tempo histórico e tempo lógico na interpretação dos sistemas filosóficos. In: *A religião de Platão*. Tradução Ieda e Oswaldo Porchat Pereira. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- GUÉROULT, Martial. Introduction: le problème de l’histoire de la philosophie. In: *La philosophie de l’histoire de la philosophie (Livre II)*. Paris: Aubier, 1979.
- _____. Le problème de la légitimité de l’histoire de la philosophie. In: *La philosophie de l’histoire de la philosophie (Livre I)*. Paris: Vrin, 1956.
- _____. Método em história da filosofia. Tradução Leandro Sardeiro. In: *Philosophica: Revista de Filosofia da história e modernidade*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, março, n.º. 6, 2005.
- HEGEL, G. W. F. *Introdução às lições sobre história da filosofia*. Tradução José Barata-Moura. Porto: Porto Editora, 1995 (Coleção Filosofia Textos).
- LEBRUN, Gerard. Por que filósofo? In: *A filosofia e sua história*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- MAUGÜÉ, Jean. O ensino da filosofia: suas diretrizes. In: *Revista brasileira de filosofia*. São Paulo. Vol. V, Fascículo I, Outubro-Dezembro, 1955.
- MOURA, Carlos Alberto Ribeiro de. História *stultitiae* e história *sapientiae*. In: *Racionalidade e crise: estudos de história da filosofia moderna e contemporânea*. São Paulo: Discurso Editorial; Editora da UFPR, 2001.
- NIETZSCHE, Friedrich Nietzsche. III Consideração intempestiva: Schopenhauer educador. In: *Escritos sobre educação*. Tradução Noéli Correia de M. Sobrinho. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.
- PEREIRA, Oswaldo Pochart. O conflito das filosofias. In: *Rumo ao ceticismo*. São Paulo: UNESP, 2007.
- REBOUL, Olivier. *Filosofia da educação*. Tradução Antônio Rocha e Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2000.
- TERRA, Ricardo; Marcos Nobre. *Ensinar filosofia: uma conversa sobre aprender a aprender*. Campinas: Papirus, 2007.

Sobre o autor:

Vladimir de Oliva Mota é doutorando em Filosofia (USP); professor da FACE/FANESE e do Seminário Maior Nossa Senhora da Conceição/Aracaju; coordenador do Grupo de Estudos de História da Filosofia Moderna (NEPHEM/UFS) e membro do GT Filosofia da Educação (NPGED/UFS).